

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

DANIELE DE OLIVEIRA MOREIRA

Práticas Pedagógicas Inclusivas: Políticas Públicas e Legislação

UBERLÂNDIA

2025

DANIELE DE OLIVEIRA MOREIRA

Discente do Curso de Pedagogia (EAD), Universidade Federal de Uberlândia

daniele.moreira@ufu.br

Orientador: Dr. Cláudio Gonçalves Prado

Práticas Pedagógicas Inclusivas: Políticas Públicas e Legislação

UBERLÂNDIA

2025

RESUMO

Este artigo apresenta os desafios e caminhos possíveis para construir uma educação verdadeiramente inclusiva no Brasil, olhando de perto para as leis e políticas públicas que tentam guiar essa transformação. A partir da análise de pesquisas recentes (2015- 2023), documentos oficiais e experiências reais em escolas, o texto conversa sobre conquistas importantes, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas também não esconde as pedras no caminho: falta de preparo dos professores, escolas com estrutura inadequada e visões ultrapassadas que ainda resistem. Para que a inclusão saia do papel, é preciso mais do que boas intenções. É essencial que diferentes áreas do governo trabalhem juntas, que se invista em formação continuada e afetiva para os educadores, e que as comunidades escolares sejam ouvidas e participem ativamente desse processo. Só assim a sala de aula poderá refletir, de fato, a diversidade que existe do lado de fora dos muros da escola.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Direito à Educação. Políticas Públicas. Formação de Professores. Justiça Social.

ABSTRACT

This article delves into the challenges and possible pathways for building truly inclusive education in Brazil, closely examining the laws and public policies that attempt to guide this transformation. Based on the analysis of recent research (2015-2023), official documents, and real-life experiences in schools, the text discusses important achievements, such as the Brazilian Inclusion Law (LBI) and the National Common Curricular Base (BNCC), but also does not hide the obstacles along the way: lack of teacher preparation, schools with inadequate infrastructure, and outdated views that still persist. The conclusion? For inclusion to move beyond paper, more than good intentions is needed. It is essential that different government areas work together, that investment is made in continuous and affective training for educators, and that school communities are heard and actively participate in this process. Only then can the classroom truly reflect the diversity that exists outside the school walls.

Keywords: Inclusive Education. Right to Education. Public Policies. Teacher Training. Social Justice.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um direito fundamental garantido por marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil com status constitucional (Decreto nº 6.949/2009). Contudo, a realidade das escolas brasileiras revela um paradoxo: enquanto a legislação avança, dados do Censo Escolar (2022) mostram que apenas 34% das escolas públicas possuem banheiros adaptados, e 72% dos professores não receberam formação para trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este cenário evidencia a lacuna entre o discurso legal e a prática educacional. Este artigo busca responder à questão central: Quais são os desafios e as estratégias para implementar práticas pedagógicas inclusivas alinhadas às políticas públicas e à legislação brasileira? Para isso, organizamos a discussão em três eixos interligados:

1.1 Marco legal e políticas públicas:

As leis brasileiras são como um alicerce sólido: garantem acesso, proíbem discriminação e exigem adaptações. A LBI (Art. 27-30), por exemplo, prevê atendimento educacional especializado e condições de acessibilidade física e comunicacional. Já a Convenção da ONU (Art. 24) reforça que inclusão não é favor, mas direito. O problema: Um alicerce, sozinho, não abriga ninguém. A falta de regulamentação específica, recursos orçamentários vinculados e mecanismos eficazes de fiscalização (como aponta relatório do CNE/2021) transforma direitos em promessas. Muitas escolas operam em "universos paralelos" à legislação. É como ter um mapa detalhado, mas nenhum combustível para a viagem.

1.2 Desafios estruturais e culturais:

Estrutura física precária:

Apenas 34% das escolas públicas têm banheiros adaptados (Censo Escolar/INEP, 2022).

Menos de 40% possuem salas de recursos multifuncionais (Observatório Nacional de Educação Especial, 2023).

Rampas estreitas, salas superlotadas e falta de materiais adaptados violam a dignidade.

Barreiras atitudinais e formação docente:

72% dos professores não receberam formação para atender alunos com TEA (Censo Escolar/INEP, 2022).

86% se sentem despreparados para inclusão (Pesquisa "Professor Brasil", 2021).

Relatos como o de uma educadora de São Paulo – "Me formei para ensinar matemática, não sei lidar com autismo" – revelam o abandono do sistema. O preconceito velado e a ideia de que "incluir é responsabilidade só do professor" geram desamparo.

Resistência social:

Parte de famílias teme que a inclusão "atrase" alunos sem deficiência (Estudo Fundação Carlos Chagas, 2022), como se a escola precisasse escolher entre ensinar para todos ou para a maioria.

1.3 Estratégias e boas práticas:

Para transformar a inclusão em realidade, é preciso mais do que discursos. Algumas sementes já brotam:

- Formação que transforma: Cursos de pedagogia precisam incluir disciplinas obrigatórias sobre inclusão, e os governos devem oferecer formação prática durante a carreira, não apenas em palestras esporádicas. Em Recife, um projeto une professores e profissionais da saúde para criar planos de aula adaptados e os resultados estão mudando vidas.
- Infraestrutura com afeto: Adaptar uma escola não é só colocar uma rampa. É pensar na iluminação para quem tem sensibilidade visual, em carteiras que acomodem diferentes corpos, em sinais visuais e táteis. Em Minas Gerais, uma escola pública criou um “comitê de acessibilidade” com alunos, pais e terapeutas para redesenhar os espaços e a comunidade se apropriou do processo.
- Tecnologia como aliada: Apps que traduzem textos para libras, softwares de comunicação alternativa e até gamificação podem romper barreiras. O desafio é garantir acesso universal a essas ferramentas, especialmente em regiões remotas.
- Todo mundo é responsável: Inclusão não é tarefa só da escola. Secretarias de Educação precisam destinar verba específica, universidades podem formar parcerias para assessorar professores, e a mídia tem papel crucial em combater estereótipos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Marco Legal e Políticas Públicas: Conquistas e Limitações

A legislação brasileira, nas últimas décadas, tem dado passos importantes rumo à inclusão educacional. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, por exemplo, não só assegura direitos básicos, como adaptações curriculares e acessibilidade física, mas também reforça um princípio ético: toda pessoa com deficiência tem o direito de aprender em ambientes que respeitem suas singularidades. Já a BNCC (2018) ampliou essa visão ao definir a diversidade como eixo estruturante da educação, sugerindo que flexibilizar metodologias não é um favor, mas um dever pedagógico. E em 2020, a Política Nacional de Educação Especial reafirmou o compromisso com a matrícula em classes regulares, evitando que estudantes fossem segregados em espaços à margem do sistema.

No cenário internacional, a Agenda 2030 da ONU ecoa essas prioridades. O Objetivo 4, que trata de educação de qualidade, insiste na inclusão como meta global. No entanto, como alerta Mittler (2018, p. 112), "A vontade política e os recursos financeiros definem até onde a inclusão se torna realidade". Em outras palavras, países com desigualdades profundas, como o Brasil, enfrentam obstáculos adicionais.

Os dados do INEP (2022) escancaram uma realidade dura: mesmo com leis progressistas, o sistema educacional ainda não conseguiu democratizar o acesso a recursos essenciais. Nas zonas rurais, 65% das escolas não contam com intérpretes de Libras, deixando estudantes surdos à mercê de barreiras comunicativas intransponíveis. Isso significa que, para muitas crianças, o direito à educação bilíngue (em português e Libras) é apenas uma promessa distante.

Já as salas de recursos multifuncionais [...] enfrentam outro dilema: 40% delas estão subutilizadas. A falta de professores capacitados [...] faz com que equipamentos e materiais pedagógicos fiquem encaixotados. Como critica Sassaki (2010, p. 89), "É como ter um hospital sem médicos: a estrutura existe, mas não salva vidas".

As respostas são complexas. Parte do problema está na formação docente: muitos educadores não recebem, durante a graduação, ferramentas para trabalhar com estudantes

com deficiência. Outra questão é a infraestrutura precária. Escolas sem rampas, banheiros adaptados ou tecnologia assistiva perpetuam a exclusão, mesmo que a legislação exija o contrário.

Há ainda uma cultura que, muitas vezes, trata a inclusão como “um projeto a mais” e não como parte indissociável do processo educativo. Para famílias, isso se traduz em relatos como o de Maria, mãe de um adolescente autista em São Paulo: “Na teoria, a escola diz que inclui. Na prática, meu filho passa o recreio sozinho porque os colegas não sabem como interagir com ele”.

Legislações avançadas são fundamentais, mas insuficientes sem investimento maciço em formação continuada, infraestrutura e políticas de permanência. É preciso, por exemplo: Vincular verbas públicas à contratação de profissionais especializados; Criar redes de apoio entre escolas, universidades e comunidades para compartilhar práticas inclusivas; Envolver estudantes com e sem deficiência em projetos colaborativos, combatendo o preconceito desde a infância. Enquanto o Brasil não enfrentar essas lacunas, o risco é que a inclusão continue sendo um direito apenas para quem vive em centros urbanos ou tem recursos para brigar na Justiça por ele. Como sociedade, precisamos perguntar: quantas gerações ainda precisarão esperar para que a educação inclusiva deixe de ser exceção e vire, de fato, regra?

2.2 Desafios Estruturais e Culturais

Quando uma professora recém-formada entra em sala de aula pela primeira vez, ela carrega na bagagem teorias, ideais e a esperança de transformar vidas. Mas, muitas vezes, esbarra em uma realidade que a formação inicial não a preparou para enfrentar. "Aprendi sobre Vygotsky, mas não como adaptar atividades para alunos cegos", desabafa uma educadora de Minas Gerais (Depoimento de professora, 2022). Esse relato não é isolado [...] Oliveira (2021, p. 75) compara esse despreparo a "dar um mapa de estrelas a alguém e pedir que navegue no escuro".

A desigualdade regional agrava o cenário. Enquanto escolas urbanas do Sudeste contam com salas de recursos equipadas, no Nordeste, 70% das instituições rurais sequer têm rampas de acesso, segundo o QEdu (2023). Imagine uma criança em cadeira de rodas, no interior do Piauí, que precisa ser carregada pelos colegas para entrar na escola. Ou um adolescente com baixa visão, em uma sala superlotada de 35 alunos, onde o professor mal

consegue ver quem está no fundo. A infraestrutura precária não é apenas uma falha técnica é um silencioso mensageiro de exclusão.

Turmas cheias, falta de materiais adaptados e a pressão por resultados em avaliações padronizadas criam um ciclo exaustivo. Muitos professores, já sobrecarregados, ouvem frases como “incluir esses alunos atrasa a turma” um mito que resiste, mesmo sem evidências. É como se a inclusão fosse um peso, e não um direito. Por trás dessa resistência, há medo, desconhecimento e, às vezes, simplesmente a falta de ferramentas para agir diferente.

Mas em meio aos desafios, brotam histórias que inspiram. Em São Paulo, o projeto “Incluir para Transformar” virou farol: oficinas mensais capacitam professores em comunicação alternativa, como o uso de pictogramas para crianças não verbais, ou tecnologias assistivas, como softwares que convertem texto em voz. “Antes, eu achava que não tinha jeito. Agora, vejo que basta criatividade e um pouco de apoio”, conta uma participante. Em Minas Gerais, a parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e escolas públicas trouxe estagiários de pedagogia para atuar como mediadores em sala. São mãos extras, mas também novos olhares: os futuros professores aprendem na prática, e as crianças ganham atendimento mais individualizado.

A formação continuada é uma chave, mas precisa ser feita com os pés no chão. Não adianta palestras genéricas: o professor precisa de como fazer. Como adaptar uma atividade de matemática para um aluno com dislexia? Como usar a luz natural para ajudar uma criança com TDAH a se concentrar? São detalhes práticos que transformam a teoria em gestos concretos.

Além disso, a inclusão não é só sobre alunos com deficiência. É sobre repensar a escola como um espaço plural, onde cada um aprende no seu ritmo. Uma professora do Ceará compartilha: “Quando comecei a usar recursos visuais para um aluno autista, percebi que toda a turma se engajou mais. A inclusão melhora o ensino para todos”.

Mudar essa realidade exige mais do que boas intenções. É preciso investimento em infraestrutura rampas, mas também banheiros adaptados e materiais táteis. É urgente reduzir o número de alunos por turma, porque inclusão não combina com lotação.

Acima de tudo, "é necessário escutar os professores: eles sabem onde dói, mas também onde está a esperança" (Mantoan, 2015, p. 63). Enquanto políticas públicas não chegam, muitos educadores seguem fazendo milagres com o que têm. Usam sucata para criar jogos

sensoriais, trocam experiências em grupos online ou simplesmente aprendem a ler o brilho nos olhos de um aluno que, pela primeira vez, se sente pertencente. São pequenas revoluções cotidianas, que lembram: inclusão não é um capítulo no livro da pedagogia. É um verbo, que se conjuga no dia a dia, com persistência e humanidade.

2.3 Estratégias e Boas Práticas: Da Teoria à Ação

A educação inclusiva não é um conceito estático, mas um movimento contínuo que exige mais do que discursos demanda ação, criatividade e, sobretudo, coragem para repensar estruturas. No Brasil, iniciativas recentes mostram que é possível transformar salas de aula em espaços onde a diversidade não só é aceita, mas celebrada.

O projeto "Incluir para Transformar", em São Paulo, vai além de capacitações técnicas. Nas oficinas mensais, professores trocam experiências sobre comunicação alternativa, como o uso de pictogramas e tablets adaptados, mas também refletem sobre suas próprias resistências e medos. Um docente relatou, durante um encontro, como uma aluna não verbal começou a se expressar usando um aplicativo de voz e como isso mudou sua percepção sobre o que é "aprender". Essa formação contínua ganha força quando universidades entram em cena: na UFMG, estagiários de pedagogia atuam como mediadores, trazendo teorias acadêmicas para a realidade concreta das escolas. É a ponte entre a academia e a sala de aula, onde todos ensinam e todos aprendem.

No Amazonas, onde recursos são escassos, professores transformam garrafas PET em ábacos coloridos e tampinhas em quebra-cabeças matemáticos. Esses jogos de baixo custo, além de ensinar operações básicas, tornam o aprendizado tangível para crianças com deficiência intelectual. Já no Rio Grande do Sul, plataformas como o Mecdaisy democratizam o acesso à literatura, convertendo livros em braille digital audiodescrição.

O segredo? Unir inovação tecnológica com simplicidade. Como diz uma professora de Porto Alegre: "Não é sobre ter a ferramenta mais moderna, mas a que permite ao aluno dizer: 'Eu consigo'". No Ceará, os Comitês de Acessibilidade Escolar provam que mudanças sustentáveis nascem da escuta. Em uma escola de Fortaleza, alunos com mobilidade reduzida apontaram que as rampas estavam mal posicionadas; pais sugeriram horários flexíveis para reuniões; professores criaram um sistema de tutoria entre colegas. A escola se tornou um laboratório de democracia, onde cada voz importa. Essa participação fortalece o senso de pertencimento afinal, inclusão não se faz sozinho.

A discussão teórica entre integração e inclusão pressupõe que o aluno com deficiência deve "se encaixar" no sistema. Sassaki (2017, p. 102) rebate essa visão: "Crianças não são quebra-cabeças a serem encaixados em um sistema rígido". Já Mantoan (2019) alerta para o perigo de reduzir dificuldades de aprendizagem a diagnósticos médicos, como se um laudo definisse o potencial de alguém.

Aqui, a experiência finlandesa, citada por Mittler (2018), ilumina o caminho: lá, futuros professores precisam vivenciar escolas inclusivas antes de se formarem. Não é sobre "ajudar os deficientes", mas sobre entender que a diversidade é parte natural da experiência humana.

Incluir não é um projeto, mas um processo. Exige falhas, ajustes e humildade para reconhecer que nenhuma escola é perfeita mas todas podem ser melhores. As iniciativas brasileiras mostram que, mesmo com desafios estruturais, é possível avançar quando se combina formação crítica, criatividade e participação comunitária. Como diz uma mãe do Comitê do Ceará: "Inclusão é quando meu filho não é 'tolerado' na escola. É quando ele é esperado."

No fim, a educação inclusiva não se resume a políticas ou tecnologias. Trata-se de um compromisso ético: reconhecer que cada aluno, com suas singularidades, tem o direito de reinventar o mundo a partir de seu próprio modo de existir.

3. IDEIAS PRINCIPAIS

Leis são o primeiro passo, mas nunca o último:

Não basta decretar a inclusão em papel. Uma legislação robusta é essencial para garantir direitos, mas seu impacto real depende do que acontece fora dos gabinetes. Quantas escolas ainda não têm banheiros acessíveis, salas com iluminação adequada ou materiais em braille? Quantos professores recebem um aluno com deficiência sem qualquer suporte concreto? As leis abrem portas, mas é o investimento em infraestrutura, tecnologia e formação que transforma salas de aula em espaços verdadeiramente acolhedores. Sem isso, a inclusão vira uma promessa vazia, escrita em decretos que não ecoam na realidade.

A educação inclusiva fracassa quando coloca o peso da adaptação no estudante. Crianças não são quebra-cabeças a serem encaixados em um sistema rígido. O desafio é outro: como

flexibilizar metodologias, repensar avaliações e criar ambientes onde todas as formas de aprender sejam válidas? Isso exige mudar desde a arquitetura das carteiras até a lógica do currículo. Uma escola inclusiva não pergunta "como fazer esse aluno caber aqui?", mas "como reconstruir este espaço para que ele sirva a todos?". É uma revolução silenciosa, que começa na escuta das necessidades reais e na coragem de abandonar velhas fórmulas.

Não adianta encher currículos de disciplinas sobre diversidade se os futuros professores nunca vivenciaram, na prática, como mediar conflitos em sala, adaptar atividades sob pressão ou lidar com a frustração de um plano que não deu certo. A formação docente precisa ser feita com as escolas, não para elas. Que tal estágios em realidades desafiadoras, mentorias com educadores experientes ou laboratórios onde se simulem situações reais? A teoria é a bússola, mas a prática é o caminho. É no caminho que descobrimos onde a bússola falha.

Há uma confusão perigosa entre igualdade e uniformidade. Dar a todos a mesma lição, no mesmo tempo e da mesma forma, só amplia desigualdades. Equidade significa reconhecer que alguns precisam de mais recursos para alcançar os mesmos objetivos. Um currículo adaptado, tempo extra em uma prova ou o uso de tecnologia assistiva não são "privilégios" são ajustes necessários, como óculos para quem tem miopia. "Negar é como proibir um cadeirante de usar rampa sob o argumento de que 'os outros também sobem escadas'. Inclusão é sobre remover barreiras, não sobre tratar todos como iguais em um jogo desequilibrado" (Sasaki, 2017, p. 104).

Enquanto gestores discutem políticas públicas, há professores no Brasil usando WhatsApp para dar aula em comunidades sem internet, escolas rurais que integram saberes tradicionais ao currículo e adolescentes criando projetos de acessibilidade de baixo custo. Essas experiências locais, muitas vezes improvisadas, são laboratórios de inovação. Elas mostram que a mudança não vem de grandes discursos, mas da criatividade de quem enfrenta os problemas de perto. O desafio é valorizar essas vozes, documentar o que funciona e transformar pequenas soluções em políticas escaláveis.

Afinal, quem melhor para falar de inclusão do que quem a pratica no dia a dia, com giz, lápis e improviso?

Nenhuma escola se transforma sozinha. É preciso prefeitos que priorizem verbas para educação, universidades que ouçam os professores da básica, famílias que cobrem mas também apoiem. E, acima de tudo, é preciso coragem para admitir que erramos que excluímos sob o pretexto da "normalidade" e disposição para recomeçar. A educação inclusiva não é um

destino, mas uma caminhada. E cada passo, por menor que seja, importa mais que qualquer discurso.

4. RESULTADOS

A realidade atual da inclusão escolar no Brasil evidencia um profundo abismo entre os avanços legais e a vivência nas instituições de ensino. Os resultados de políticas fragmentadas são visíveis e alarmantes: alunos com deficiência frequentemente permanecem à margem do convívio social e do processo de aprendizagem efetivo; professores atuam sobrecarregados e sem o suporte técnico e emocional adequado; e uma parcela significativa da sociedade ainda enxerga a diferença como um problema a ser corrigido, não como parte da diversidade humana. Essa desconexão se materializa na carência gritante de infraestrutura básica (como rampas e banheiros adaptados), na falta de materiais pedagógicos acessíveis e na insuficiência de formação docente nas escolas públicas. Consequentemente, famílias são obrigadas a travar batalhas diárias exaustivas apenas para garantir o direito mais fundamental de seus filhos: o direito de aprender em igualdade de condições..

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Romper com essa lógica excludente demanda muito mais do que verbas ou decretos. É urgente um movimento coletivo e sensível que envolva desaprender preconceitos arraigados e reconstruir espaços educativos onde a diversidade não seja apenas tolerada, mas genuinamente celebrada. Como lembra Maria Teresa Eglér Mantoan, a verdadeira inclusão é um "privilegio", uma troca humanizadora que beneficia a todos.

Para transformar este ideal em realidade, é fundamental investir simultaneamente em estrutura física e, sobretudo, em escuta ativa e ação coordenada. Isso inclui: formar professores por meio de cursos práticos e continuados; criar redes sólidas de apoio entre famílias, escolas e serviços especializados; promover projetos colaborativos intencionais entre alunos com e sem deficiência (que geram empatia e dissolvem estereótipos); e envolver a comunidade em debates profundos sobre inclusão. A mudança, porém, transcende os muros da escola: requer que o poder público priorize a educação inclusiva no orçamento, que a mídia normalize a diversidade em suas narrativas, e que cada cidadão se questione criticamente sobre o tipo de

sociedade está construindo ao permitir que crianças aprendam, desde cedo, que algumas pessoas "merecem ficar de fora".

Enquanto o discurso da inclusão não se traduzir em ações concretas, coordenadas e sensíveis, continuaremos falhando com milhões de estudantes. O desafio é imenso, mas o caminho está claro: é imperativo garantir que toda escola se torne um lugar de pertencimento incondicional, onde as diferenças não precisem se esconder, mas possam florescer. Afinal, como ensinou Paulo Freire, "Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso, aprendemos sempre". A educação inclusiva é, em sua essência, este aprendizado contínuo e coletivo para as salas de aula e para a vida. A verdadeira inclusão se mede pelo olhar que reconhece a dignidade de cada aluno, pelo chão da sala adaptado para todos os corpos e pelo diálogo constante que dissolve barreiras invisíveis. Ela vai muito além do que está escrito no papel.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar 2022**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020**. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jul. 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3264/parecer-cne-cp-n-11>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 out. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 3. ed. São Paulo: Summus, 2019.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2018.

OLIVEIRA, R. S. **A formação docente e o desafio da inclusão: análise curricular dos cursos de pedagogia no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Editora Educação Contemporânea, 2021.

PRIETO, Rosângela Gavioli (Org.). **Educação Especial em Diálogo: formação de professores.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 9. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2017.

REVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Jogos pedagógicos de baixo custo: experiências no Amazonas.** Revista Educação Inclusiva, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2020. ISSN 1984-686X.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Tecnologias Educacionais para Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

INEP. **Censo Escolar 2022: resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Relatório Anual dos Comitês de Acessibilidade Escolar**. Fortaleza: SEDUC-CE, 2023. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. **Projeto "Incluir para Transformar": capacitação em comunicação alternativa**. São Paulo: SEDUC-SP, 2022. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Programa de Estágio em Mediação Pedagógica: relatório de atuação 2021**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFGM, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA ASSISTIVA. **Diretrizes para Implementação de TA em Escolas**. 2019. Disponível em: <http://abrasta.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Plataforma Diversa**. Banco de práticas inclusivas. Disponível em: <https://diversa.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 10 abr. 2025.

PROJETO INCLUDE (MEC). **Formação prática para professores em educação inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projeto-include>. Acesso em: 10 abr. 2025.

QEDU. **Infraestrutura escolar no Nordeste: dados sobre acessibilidade em zonas rurais**. Relatório Técnico, 2023. Disponível em: <https://www.qedu.org.br>. Acesso em: 15 abr. 2025.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazilia>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Percepções sociais sobre educação inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: FCC, 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **TIC Educação 2023: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras**. São Paulo: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nas-escolas-brasileiras-tic-educacao-2023/>.

Acesso em: 11 jun. 2025